

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES: CONTEXTOS E PRETEXTOS

Marlize Rubin **Oliveira** – UFRGS

Introdução

Os Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares no Brasil tiveram início na década de 1990 e desde lá tem conquistado espaço e prestígio no contexto da Pós-Graduação. Esses Programas têm se caracterizado pela tentativa de produzir conhecimento a partir do diálogo entre áreas do conhecimento consideradas diversas dependendo da perspectiva que se adote. O presente artigo é parte de um projeto mais amplo inserido no campo de investigação da produção de conhecimento da Educação Superior, no movimento de crítica da ciência moderna. De forma específica as análises aqui realizadas buscaram compreender os contextos e pretextos de Programas Interdisciplinares que tem como meta estabelecer o diálogo entre ciências humanas e ciências da natureza.

A produção de conhecimento científico se caracteriza, ou mesmo se diferencia das demais formas de produção de conhecimento, pela divisão disciplinar. A novidade trazida pelo pensamento científico moderno, como aponta Raynaut (2004), foi aceitar dividir o mundo em facetas ou níveis de organização diferentes e tentar desenvolver instrumentos específicos – conceitos, definições de objetos, métodos de observação. Foi esse reducionismo que possibilitou a produção de um conhecimento que permitisse uma ação mais decisiva sobre o mundo. Isso quer dizer, ainda nas palavras do autor, que “o recorte do real pelas disciplinas foi o movimento histórico do pensamento humano que viabilizou o surgimento e o desenvolvimento do pensamento científico” (RAYNAUT, 2004, p. 25).

Assim, é inegável que tenhamos herdado a divisão disciplinar como forma de produção de conhecimento científico. Mesmo compreendendo que essa divisão fora arbitrária e historicamente situada – para o que Raynaut (2004) chama a atenção –, ela está na gênese daquilo que conhecemos hoje por ciência. Entretanto, também há um razoável consenso a respeito da porosidade das fronteiras das disciplinas. É possível perceber o movimento de criação de novas disciplinas a partir do alargamento das fronteiras ou convergência de duas ou mais disciplinas a exemplo da biotecnologia,

ecologia, entre outras. Para Bourdieu (2004), será nas disciplinas, dentro do campo científico, que estará de fato o grau de autonomia.

Hoje, é possível perceber que a solução de problemas, cada vez mais complexos, passa necessariamente pela diversificação de iniciativas, nas formas de pensar e agir, principalmente no que tange à produção do conhecimento científico. Os Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares têm se mostrado como um desses espaços de produção de conhecimento que buscam ultrapassar fronteiras da organização acadêmica e de conhecimentos disciplinares historicamente constituídos, é pois destas experiências que este artigo se ocupa. O lócus de estudo foram Programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) Interdisciplinares reconhecidos e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que têm como princípio o diálogo entre ciências humanas e da natureza. De um total de 232 Programas e Cursos da Área Interdisciplinar, o primeiro recorte realizado na fase exploratória da pesquisa, resultou de um total de 10 Programas, entretanto devido à falta de disponibilidade de alguns coordenadores, a pesquisa foi concluída com 08 Programas. Como material empírico para análise foram utilizados o Documento de Área da Comissão de Área Interdisciplinar (CAInter/CAPES, 2009), entrevistas com coordenadores e/ou ex-coordenadores dos Programas e as Propostas dos mesmos disponível no portal da CAPES no link Caderno de Indicadores. A análise de conteúdo foi utilizada como recurso analítico, pautada principalmente nas duas categorias previamente estabelecidas: contextos e pretextos. Desta forma buscou-se perceber o processo social e histórico de implementação e consolidação dos Programas e assim, identificar as principais motivações dos sujeitos envolvidos na elaboração das Propostas dos Programas.

O artigo está organizado a partir das duas categorias analíticas e tem o intuito de apresentar as análises realizadas e reconstruir para o leitor o caminho percorrido durante a pesquisa. Assim, essa organização pressupõem uma relação direta entre forma e conteúdo.

Contextos dos Programas Interdisciplinares: do internacional ao local

Na análise do contexto dos oito Programas, foi possível identificar duas características principais: uma ligada ao movimento amplo de novas e diferentes formas na organização de universidades, programas de pós-graduação, graduação e grupos de pesquisa, e outra no âmbito local dos Programas. Ambas se caracterizam por se associarem ao movimento de expansão da pós-graduação brasileira e, neste caso, da criação de uma nova Grande Área dentro do contexto da CAPES. Foi possível identificar, na análise tanto do Documento de Área, quanto nas entrevistas e Propostas dos Programas, alguns dos principais fatores que contribuíram para abertura da “Grande Área Multidisciplinar”¹.

No âmbito das universidades é possível identificar, mesmo de forma embrionária, algumas iniciativas com diferentes maneiras de organizações, alterando aos poucos modelos consolidados. No contexto brasileiro, experiências² como as propostas pela Universidade Nova da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (UFPR) são alguns dos exemplos de mudanças na forma de organização das universidades. As diversas propostas são: de universidade internacional (UNILA) ou regional (UFFS); de mudanças de projeto político-pedagógico – organização por projetos multi e interdisciplinares (UFPR- Setor Litoral) –; e de ciclos – bacharelados interdisciplinares (UFBA).

Nas universidades americanas, programas interdisciplinares são cada vez mais frequentes, a exemplo da University of Arizona (U of A), que abriu o primeiro curso interdisciplinar na década de 1960, no contexto da pós-graduação, e hoje, tem 14 Programas dentro do chamado Graduate Interdisciplinary Programs, que se tornou um dos maiores Programas Interdisciplinares dos EUA e, em 2008, formou 10% do total de Ph.D da Universidade (UofA, 2010). Na Europa, a Universidade de Oxford oferece, desde o final de 1960, um curso de graduação em Física e Filosofia (FF) e um em Matemática e Filosofia (MF). São cursos que esperam que os estudantes escrevam ensaios filosóficos sofisticados e que resolvam equações diferenciadas, ou seja, a

¹ No âmbito da CAPES há níveis das áreas de avaliação, com denominações e definições específicas. Grande Área (1º nível): integra diversas áreas do conhecimento com afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos (CAPES, 2010).

² Os movimentos mais significativos de mudanças organizativas, após a Reforma Universitária de 1968, ocorrem a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996). As experiências identificadas, no âmbito desta investigação, ocorrem dentro do movimento de Reforma da Educação Superior - PL 7200/2006 e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (BRASIL, 2007).

expectativa é que eles aprendam conteúdo suficiente, de ambas as áreas, para fazer um curso de pós-graduação em qualquer uma delas se as o desejarem (BROWN, 2007). Também na Europa, o Processo de Bolonha desde 1999 estabeleceu como uma de suas diretrizes os bacharelados interdisciplinares, e o que se pôde observar, desde o início do Processo, mesmo diante de inúmeras controvérsias, houve um crescimento significativo no número de países que aderiram às diretrizes.

No âmbito da América Latina, o acesso ao portal do ENLACES – Espaço de Encontro Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (IESALC, 2010) possibilita não apenas conhecer diversas propostas de integração e trocas acadêmicas entre a região, como também cadastrar propostas que ainda não façam parte do “Portal de Iniciativas”. O Portal tem se consolidado como espaço importante de integração e diálogo entre professores, pesquisadores e administradores das universidades que compõem a região, principalmente por conter iniciativas diferenciadas, tanto na organização administrativa, quanto em projetos de ensino, pesquisa e extensão do Ensino Superior.

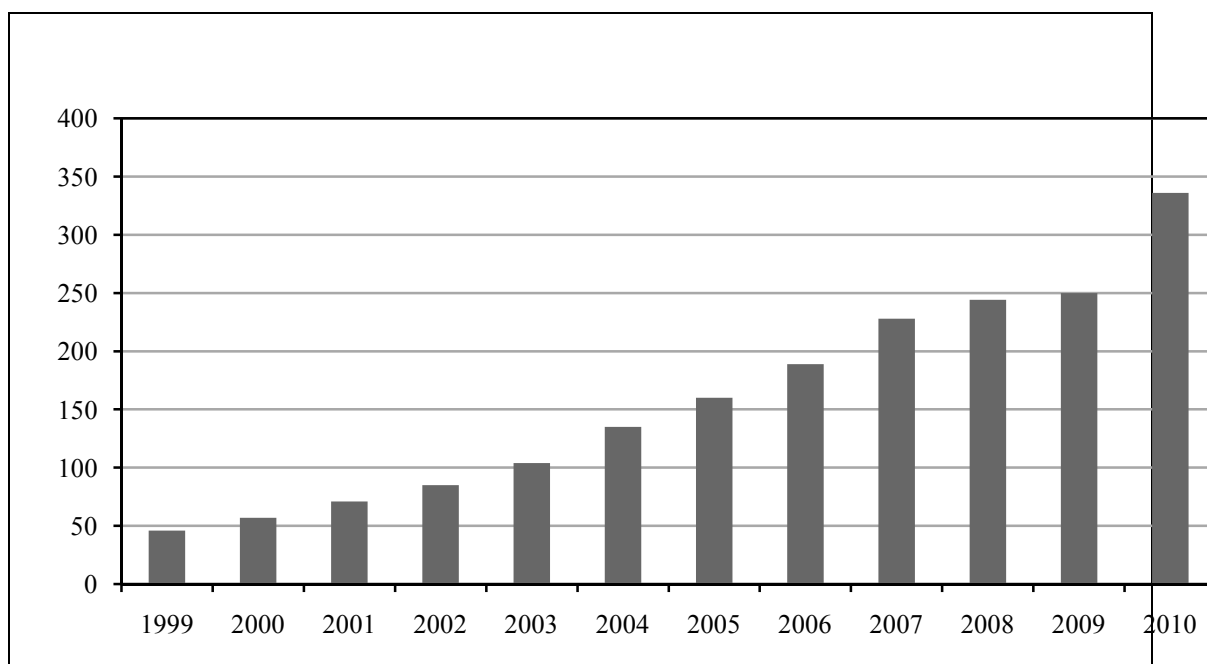
Diante de todas essas iniciativas, o que se pode observar é que há um movimento em direção a interligações entre instituições e países, ao diálogo entre diferentes áreas e diferentes saberes. Liedke Filho (2003), analisando a vida sociocultural de países latino-americanos na contemporaneidade, afirma que os movimentos se caracterizam como clima cultural progressivo. Dessa forma, o contexto em que os Programas Interdisciplinares ora analisados estão inseridos é de novas e diferentes formas de produção de conhecimento, formação profissional e de pesquisadores. Analisar os Programas fora desse contexto, sem levar em conta todos esses movimentos, seria descontextualizá-los de iniciativas que têm se tornado uma tendência da produção do conhecimento contemporâneo.

Outra característica do contexto local dos Programas é o processo de expansão da pós-graduação brasileira. Nos últimos dez anos a expansão foi significativa: em 1998, o número de mestrados e doutorados totalizava 1259 e, em 2009, esse número se expandiu para 2718 (GEOCAPES, 2010). Esse fator, aliado ao incremento de bolsas, ao financiamento para pesquisa e à pós-graduação e as políticas prioritárias às regiões norte e nordeste, onde há menor número de mestres e doutores se comparadas ao restante do país, impulsionou o crescimento e desenvolvimento dos programas de pós-graduação. As políticas de incentivo à pós-graduação e o incremento do financiamento à pesquisa, em algumas universidades principalmente as mais jovens, encontraram um número de

professores doutores, muitas vezes diversos na formação e com pouca experiência em cursos de pós-graduação, o que abriu espaço a pós-graduação interdisciplinar. Dessa forma, as propostas interdisciplinares, se mostraram e têm se mostrado uma alternativa às dificuldades de concretizar propostas em áreas que exigem maior número de docentes com formações específicas. Esse foi um dos fatores que contribuiu, sobremaneira, para a expansão de cursos interdisciplinares.

No Gráfico 1 pode ser observada a evolução do número de cursos credenciados pela CAPES. O crescimento foi expressivo e “desde sua criação em 1999, a área de avaliação vem apresentando a maior taxa de crescimento entre as comissões da CAPES” (CAInter, 2009, p. 4).

Gráfico 1. Evolução do Número de Cursos Credenciados dos Programas de Pós-Graduação da CAInter – Comissão de Área Interdisciplinar 1999-2010.



Fonte: CAPES (2009; 2010).

A CAInter (2009) atribui o crescimento do número de cursos a dois fatores. Primeiro, à existência da Comissão que propiciou e induziu, na pós-graduação brasileira, a proposição de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares. E segundo,

ao fato de a Comissão ter servido de abrigo para propostas de novos cursos em universidades novas com dificuldades de construir densidade docente para abrir cursos em áreas disciplinares tradicionais.

O crescimento do número de cursos interdisciplinares credenciados e a demanda, também crescente, pela área levaram a CAPES, em 1999, a criar um Comitê Multidisciplinar. A Grande Área Multidisciplinar, criada em Janeiro de 2008, através de Portaria alterou a configuração original da Tabela de Áreas do Conhecimento. Dentro da chamada Grande Área Multidisciplinar existem as áreas Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Dentro da área Interdisciplinar, há quatro Câmaras, uma delas denominada “Meio Ambiente e Agrárias”. Nesta Câmara, encontram-se os oito Programas analisados.

Essa organização das Áreas de Conhecimento em câmaras, de certa forma, acaba proporcionando, ou até mesmo estimulando, a homogeneização dos cursos e programas, principalmente por estar vinculada ao processo de avaliação, e este, por sua vez, ao processo de financiamento. Os Programas estão submetidos às regras da Grande Área Multidisciplinar e Área de Avaliação Interdisciplinar (CAInter). Como diretriz da Comissão, há um Documento de Área Interdisciplinar vigente para o triênio 2007-2009, triênio que serviu de base analítica para este artigo.

Além disso, o fato de todos os Programas analisados pertencerem à Câmara denominada “Meio Ambiente e Agrárias” cria um terceiro nível de identidade entre os Programas. Há diretrizes e estratégias comuns, inclusive com esforços dos professores/pesquisadores de pesquisas e publicações conjuntas com objetivo de partilhar experiências dos diferentes programas e cursos.

Ainda no âmbito da CAPES, outra característica comum se relaciona ao fato de todos os Programas terem, no quadro docente, professores/pesquisadores que participaram do processo de organização e/ou gestão da CAlnter. A história de estruturação e consolidação dos Programas, de certa forma, se confunde com a própria história da Comissão. Os Programas, inicialmente submetidos a pareceristas *ad hoc*, devido à ausência de comissão específica, passaram, no final de 1999, a integrar e contribuir com a formação do chamado “Comitê Multidisciplinar” e, em 2008, foram testemunhas daquilo que eles próprios denominam “conquista”. Naquele momento se abriu uma nova Grande Área Multidisciplinar e dentro dela a Área Interdisciplinar.

Outra característica dos Programas, no contexto local, se relaciona à estrutura organizacional. De maneira geral, eles têm a característica de não pertencer à estrutura

formal de departamentos acadêmicos. Dos Programas analisados, sete têm origem em espaços institucionais ligados diretamente à pró-reitorias e/ou reitorias em núcleos e/ou programas de pesquisa. Atualmente, por questões administrativas e de gestão, três deles foram realocados em faculdades e/ou departamentos. A estrutura administrativa fora da estrutura departamental trouxe características à organização dos Programas, o que foi considerado por alguns interlocutores como desafios a serem enfrentados, principalmente no que tange à contratação de professores e à carga horária.

A questão presente em praticamente todas as entrevistas realizadas tange diretamente à estrutura organizacional das universidades. A organização dos departamentos, faculdades e/ou institutos, compreendidos dentro da noção de campo científico, discutida por Bourdieu (2004), não estabelece apenas uma relação direta entre texto e contexto. Há nessa perspectiva um universo intermediário, definido como campo científico. “Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004, p.20).

O campo científico com representação na universidade é um espaço relativamente autônomo, mas jamais escapa às imposições macro. A relação direta entre avaliação e financiamento pode ser considerada uma dessas imposições macro, de tal forma que o professor/pesquisador, ao vincular-se a um programa de pós-graduação que não esteja ligado diretamente (administrativamente) a seu departamento acadêmico de origem pode, de certa forma, ser “prejudicado”, considerando os critérios estabelecidos. Ou seja, a organização administrativa da maioria das universidades está limitando ou, em alguns casos, pode inviabilizar a iniciativa de produção de conhecimento que se diferencie dos “campos” tradicionalmente estabelecidos. Entretanto, tais iniciativas estão se tornando cada dia mais comuns, forçando um repensar das estruturas administrativas. Esta talvez seja uma das grandes tensões vividas hoje dentro das universidades (estruturas administrativas rígidas **versus** iniciativas interdisciplinares).

Outra característica comum aos Programas são as experiências anteriores dos professores/pesquisadores com a docência na pós-graduação e com a pesquisa interdisciplinar. Nas entrevistas, todos os interlocutores ressaltaram as experiências do corpo docente, principalmente em programas de pós-graduação disciplinares e o fato de que a maioria dos docentes ainda mantém o vínculo com tais programas. Foi possível perceber que os Programas contam com um corpo docente experiente, com trajetória de pesquisa, docência e orientação na pós-graduação. Ou seja, se trata aqui, na maioria, de Programas consolidados no que concerne à experiência do corpo docente.

Nas entrevistas realizadas a experiência do corpo docente em projetos interdisciplinares ficou evidenciada. A experiência, por um lado, esteve presente na gênese dos Programas: a maioria dos professores/pesquisadores vinha de trajetórias na área denominada socioambiental, ligados a grupos de pesquisa consolidados. Por outro lado, muitos dos grupos de pesquisa nos quais os professores/pesquisadores atuavam foram trazidos para o interior da estrutura administrativa dos Programas, servindo de base a vários deles.

A experiência do corpo docente não apenas parece ter alavancado a consecução das Propostas, como também serviu de base a elas. Dessa forma, a análise, ainda dentro da noção de campo científico, permite inferir que a consecução dos Programas Interdisciplinares ocorreu em um espaço social que, sendo um mundo social, faz imposições e solicitações. Para Bourdieu (2004), umas das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, (re) traduzir as pressões e as demandas externas. Para tanto, a experiência dos professores/pesquisadores corroborou na refração das demandas externas e pressões internas em forma de Programas de Pós-graduação Interdisciplinares, até então inédito no âmbito da CAPES.

Assim, as análises realizadas permitem inferir que o contexto em que os Programas foram gestados foi constituído de questionamentos na forma de pensar e agir sobre o conhecimento e a ciência e a experiência dos professores-pesquisadores, em programas disciplinares e em pesquisas interdisciplinares, se constituiu em terreno fértil tanto para a elaboração das Propostas quanto para a consolidação das mesmas.

Implementação e consolidação dos Programas: pretexto

No processo de implementação e consolidação dos Programas foi possível identificar duas motivações (pretextos) principais que se destacaram. Um fator ligado às mudanças no pensar e agir do fazer científico a partir da crítica ao modelo de ciência que, com sua base na modernidade, pressupõe uma natureza reversível, a dicotomia entre ciências humanas e da natureza e a fragmentação do objeto de estudo (descontextualização). O outro fator se relaciona diretamente às políticas de pós-graduação brasileira, no contexto das reformas do Estado e, conseqüentemente, da educação.

A crítica ao processo de construção de conhecimento científico, construído com base na dualidade e fragmentação, no campo das ciências ambientais ganhou força e se

consolidou no Brasil, principalmente a partir da realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por RIO-92. A questão central que se colocava naquele momento era a possibilidade de construir outro modelo para relação da humanidade com a natureza e a ideia de outro modelo de desenvolvimento. A II Conferência, realizada em 1992, foi um momento de ebulição de ideias gestadas em décadas anteriores. Esse caudal de movimentos sociais, políticos, econômicos e científicos serviu de inspiração e base, tanto teórica quanto institucional, para a implementação dos Programas. Muito embora apenas dois dos Programas tenham iniciado suas atividades na década de 1990 – os demais começaram as primeiras turmas nos anos 2000 –, os relatos dos interlocutores destacam as primeiras iniciativas de construção das Propostas (reuniões, grupos de pesquisa e ações institucionais) ainda na década de 1990. No que tange às questões ambientais, aquela década foi marcada por conquista de espaço e visibilidade, tanto nos âmbitos acadêmicos quanto políticos. No Brasil, a realização da Rio-92 foi um marco importante no relato dos interlocutores para a criação de vários dos Programas aqui em pauta. Um dos Programas analisados nasceu da iniciativa do então reitor da universidade a partir da criação de um espaço institucional com vistas à participação da universidade na Conferência. Dessa forma, a proposta da criação daquele Programa Interdisciplinar surgiu também alavancada pelas várias experiências dos professores envolvidos na Rio-92. Ficou explícito o movimento dos professores/pesquisadores em torno das questões ambientais voltadas à sustentabilidade, bem como à presença de pressupostos da interdisciplinaridade.

Todos os Programas tiveram grupos de professores/pesquisadores que, de alguma forma, integraram a Conferência, quer seja na organização ou na participação. Pesquisadores que construía críticas ao fazer científico da modernidade, que tem a fragmentação e a dualidade como premissas – principalmente no campo das ciências ambientais –, encontraram um espaço político de discussão configurado em uma grande Conferência Internacional. Algumas das principais repercussões, no campo da ciência, foram sentidas nos espaços das universidades brasileiras, principalmente na pesquisa e na pós-graduação. Vários institutos, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação foram alavancados pelas discussões lá travadas. Ou seja, na gênese dos Programas, estão discussões, teorias e iniciativas de mudanças no processo de produção da ciência, cuja temática são a questão socioambiental e do desenvolvimento.

Outro fator que merece destaque na implementação e consolidação dos Programas são as políticas de pós-graduação brasileira. Algumas das principais políticas tiveram

influência de organismos internacionais com força política para interferir na educação superior. Assim, muitas delas influenciaram de forma decisiva na constituição e organização dos Programas aqui analisados. A década de 1970 foi o período de estruturação da pós-graduação brasileira. Aquele período é considerado o primeiro movimento de expansão e consolidação desse nível de ensino.

As mudanças ocorridas no Brasil, a partir do golpe militar de 1964, trouxeram uma perspectiva nacionalista de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, as marcas da repressão. Chauí (1980, p. 38) aponta três ideias que nortearam as reformas da educação em geral e da universidade em particular: “vincular a educação à segurança nacional, ao desenvolvimento econômico e à integração nacional.” Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) foram reveladores dos encaminhamentos dos Cursos de Pós-Graduação. Como salienta Fávero (1993), o I PNPG elaborado em 1975, foi marcado por uma visão bastante tecnocrática. Já o II PNPG e o III PNPG se delinearam como documentos definidores de políticas. Entretanto, como lembra o autor, a força do Estado na pós-graduação não esteve nos planos, mas nos incentivos criados pelas agências de fomento. Os PNPGs tinham o objetivo de formar professores para atuarem no Ensino Superior e também consolidar a universidade como espaço institucional de pesquisa. A formação do pesquisador passou a se realizar no interior do Sistema de Pós-Graduação. A abertura política ocorrida entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980 possibilitou a ampliação dos mecanismos de participação da comunidade universitária nas decisões acadêmicas, num processo de democratização das instituições, incluindo a eleição ampla de dirigentes. É importante frisar, entretanto, que o processo se deu de forma lenta e com muita resistência dos sucessivos governos. Também se observa que os anos 1980 foram marcados pela consolidação da pesquisa. A criação do Ministério de Ciência e Tecnologia colaborou para potencializar esse processo. Dentro das universidades ganhava corpo a concepção de universidade para a pesquisa, articulando pesquisadores e favorecendo a criação de associações científicas. Tal concepção acabou presente na Constituição de 1988 que, em seu artigo 207, reforçou o conceito da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, e este nas universidades públicas foi consolidada dentro dos cursos de pós-graduação e dos grupos de pesquisa.

O IV PNPG não saiu do papel e nem foi divulgado ao público, mas os documentos iniciais traziam as marcas da nova Constituição de 1988, enfatizando a questão da autonomia, da liberdade acadêmica e do financiamento público. O V PNPG 2005-2010, elaborado quase vinte anos depois da última versão (III PNPG 1986-1989),

trouxe como uma das perspectivas marcantes a expansão qualificada, principalmente pela via dos parâmetros internacionais. A discussão e a elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação relativo ao período 2011-2020 encontram-se em processo de finalização. Em fevereiro de 2010, uma Comissão foi instituída. Alguns dos pronunciamentos³ referentes aos encaminhamentos do novo Plano apontam a multi e interdisciplinaridade como metas a serem alcançadas. Cabe presumir, nesse intento, a influência na elaboração do PNPG 2011-2020 da experiência acumulada pelos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares.

Os Programas analisados têm no corpo docente professores/pesquisadores que, na sua maioria, ou foram formados ou iniciaram suas experiências como docentes e pesquisadores de pós-graduação no contexto das décadas de 1970 e 1980. É interessante observar que há um grupo de professores/pesquisadores que esteve presente em dois dos principais movimentos de expansão da pós-graduação brasileira. O primeiro de criação e consolidação e, o segundo, mais recente, de novas e diferentes formas de organização. Carregando essa experiência, eles protagonizaram a elaboração de Propostas Interdisciplinares que hoje influenciam a elaboração de políticas públicas. De certa forma, a vivência desses dois movimentos e essas experiências acumuladas pelos professores/pesquisadores se encontram na gênese dos Programas.

Os oito Programas em análise têm na sua base, além de professores/pesquisadores com larga experiência no ensino e na pesquisa disciplinar, também com experiência em pesquisa interdisciplinar em espaços institucionais, principalmente de grupos de pesquisa. Mais uma vez, se percebe a influência das políticas de ciência e tecnologia e das políticas de pós-graduação. Dois aspectos são marcantes: o primeiro é que, dos oito Programas analisados, seis integram núcleos e/ou programas de pesquisa institucionalizados no âmbito das universidades que pertencem. A maioria desses espaços nasceu sob a influência da institucionalização do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq criado no início da década de 1990. O segundo aspecto é que todos os Programas têm em seu interior grupos de pesquisa consolidados.

O crescimento dos Grupos de Pesquisa é visto por vários pesquisadores da área da Educação Superior como uma das tendências marcantes na história do Sistema de Educação Superior no Brasil. Essa tendência levaram Morosini e Franco (2000) a

³ A referência utilizada aqui é o pronunciamento do Presidente da CAPES na 4ª RECOPI, em Brasília, em 02 de dezembro de 2010.

identificar três fases de expansão no Brasil: a de expansão das instituições, a de expansão dos cursos e a fase de expansão do sistema como um todo.

Franco (2009), ao analisar a trajetória dos Grupos de Pesquisa dentro da UFRGS, verificou um crescimento de 174,1% no decorrer do período de 1993-2008, o que demonstra a marcante expansão a partir da criação do Diretório, bem como a participação de grupos em redes mais amplas, regionais, nacionais e até mesmo internacionais. A autora chama a atenção para a força dos Grupos de Pesquisa na construção do conhecimento científico e o papel que eles têm desempenhado no interior dos programas de pós-graduação, construindo e alicerçando as linhas de pesquisa.

A experiência dos Programas analisados é bastante diversa sob o ponto de vista dos grupos de pesquisa. Há experiências relatadas de grupos que ajudaram a construir os Programas, e até mesmo serviram de base teórico-epistemológica. Também há relatos de grupos pouco experientes que não irão se sustentar dentro dos padrões de avaliação ou nos padrões de certificação das universidades, orientados pelos critérios do CNPq, quanto da CAPES, diante dos critérios de avaliação da pós-graduação. Um dos interlocutores relatou a existência de grupos compostos apenas por um professor/pesquisador e seus orientandos. Ou seja, mesmo com a larga experiência do corpo docente, parece haver, em alguns casos, a necessidade de ajustes, principalmente no que se refere à importância dos grupos de pesquisa na construção da multi e da interdisciplinaridade.

Outra experiência que se destaca é a de um Programa que nasceu dos esforços de um grupo de professores/pesquisadores para consolidar uma área de conhecimento que, por diversas razões, não encontrava espaço dentro dos programas institucionalizados da universidade. Inúmeros fatores contribuíram para que o Programa fosse organizado a partir da reforma de um programa disciplinar já existente na instituição. Dentre os fatores, as políticas de Educação Superior daquele momento de incentivo à aposentadoria foram decisivas.

Foi possível perceber que um dos Programas surgiu da vontade/necessidade de consolidar uma área de pesquisa que não encontrava espaço dentro de programas consolidados e, diante de uma política de esvaziamento da Educação Superior pública da década de 1990. Entretanto, hoje ocupa um espaço de destaque dentro da universidade, ou seja, o protagonismo dos sujeitos envolvidos surge aqui como fator decisivo para uma área de conhecimento dentro do contexto da universidade. A ideia de prestígio das áreas de conhecimento está intrinsecamente relacionada com o contexto

social e histórico. Diante dessa compreensão, parece fundamental o papel prospectivo e propositivo do conhecimento produzido no seio das universidades.

Chama atenção o fato de dois Programas serem anteriores à criação da Área Multidisciplinar em 1999. Esses Programas foram avaliados e reconhecidos, no primeiro momento, por pareceristas *ad hoc*, sem a presença de um documento de área com princípios e metas como os que existem hoje. Por um lado, esses Programas foram pioneiros, influenciaram e corroboraram com o crescimento expressivo da área. Por outro lado, acompanharam as mudanças, algumas delas denominadas de “conquistas”, pela própria CAInter (2009). As mudanças ocorridas – tanto no âmbito da CAPES de maneira geral e, de forma mais específica, na criação Área Multidisciplinar, que, em 2008, passou a ser designada de Área Interdisciplinar, compondo a Grande Área Multidisciplinar – tiveram influência direta na implementação e consolidação dos Programas. O protagonismo de alguns e a experiência acumulada por todos os Programas têm influenciado de forma decisiva nas políticas de pós-graduação voltadas aos programas interdisciplinares.

Em síntese, os Programas são constituintes e constituidores de movimentos locais e globais, principalmente de mudanças nos modos de pensar e fazer o conhecimento e a ciência. As políticas de expansão da Educação Superior brasileira, em especial da pós-graduação, foram identificadas como o movimento local que teve influência preponderante na configuração dos Programas. O protagonismo dos sujeitos envolvidos, principalmente professores/pesquisadores foi decisivo na elaboração das Propostas.

Considerações Finais

Com intuito de compreender os contextos e pretextos dos Programas, o objetivo foi perceber o contexto social e histórico do processo de implementação e consolidação dos Programas, para, também, compreender as principais motivações dos sujeitos envolvidos na elaboração das Propostas. Nesse intento, é possível afirmar que a elaboração das Propostas é parte de um contexto de questionamentos e mudanças nas formas de pensar e fazer ciência. As Propostas são compreendidas como parte do movimento crescente da ciência que busca repensar a fragmentação e a dualidade, inclusive na direção de legitimar outros espaços de poder e prestígio e rever a organização de áreas do conhecimento historicamente constituídas.

No âmbito dos movimentos internacionais, a Rio-92 é destaque como um importante evento de ebulição desses movimentos, tendo se tornado um espaço de discussão e consolidação de novas ideias gestadas principalmente no campo das chamadas ciências ambientais e da temática do desenvolvimento. O contexto de mudanças institucionais o qual vivia a Educação Superior naquele momento, constituiu-se em terreno fértil para muitas das iniciativas lá debatidas. A organização de grupos e espaços institucionais para participação e organização da Conferência acabou servindo de embrião para muitos dos Programas analisados e que, hoje, são considerados referência na produção científica neste campo, ou seja, a realização de um evento internacional do porte da Rio-92 contribuiu para alavancar iniciativas e consolidar propostas talvez antes impensadas. A participação e inserção de professores/pesquisadores na Conferência é considerada, no âmbito desta investigação, como constitutiva dos Programas.

Ainda no âmbito dos movimentos internacionais, os Programas fazem parte do movimento de mudanças e críticas não apenas das formas de fazer e pensar a ciência, mas também das mudanças nas formas de organização das instituições. É visível no contexto da expansão da Educação Superior, em países como Brasil e na massificação para outros, como Europa e Estados Unidos, a implementação de diferentes instituições, nas quais o termo *inter* tornou-se não apenas uma característica comum, mas uma tendência e uma necessidade. No horizonte desse processo, alguns dos Programas tiveram sua gênese dentro de centros e/ou institutos interdisciplinares. Entretanto, também foi possível identificar que durante a trajetória de consolidação dos Programas, ocorreram mudanças na organização administrativa destes. Ou seja, alguns Programas que tiveram como berço centros interdisciplinares, foram (re)adequados as determinações institucionais e hoje encontram-se alocados dentro da estrutura dos departamentos ou faculdades com características disciplinares. Essa adequação contraria, na maioria das vezes, a concepção inicial de interdisciplinaridade que tem como horizonte a organização administrativa supra departamental. A organização universitária e as formas de avaliação e financiamento fortemente estabelecidas dentro de parâmetros disciplinares são fatores que influenciaram na configuração original dos Programas e no processo de consolidação interferem de forma decisiva na organização interdisciplinar almejada pelos Programas.

No âmbito das políticas públicas brasileiras, nota-se que os Programas se inserem no processo de expansão da Educação Superior e da pós-graduação das décadas de 1990

e 2000. Esse processo têm como principais característica a diversificação de cursos e programas a busca pela qualidade e adesão a padrões internacionais de avaliação com privilégio a indicadores quantitativos. Durante a análise chamou atenção a experiência consolidada do corpo docente em programas de pós-graduação disciplinares e na pesquisa interdisciplinar. Tal característica foi compreendida como constitutiva dos Programas, que carregam como marca característica, desde a origem, a experiência acumulada de parte do corpo docente nos temas ambiental e do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BROWN, Harvey. Física e Filosofia em Oxford: um exemplo próspero de interdisciplinaridade. In: AUDY, Jorge L.N.; MOROSINI, Marília C. (orgs.) Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 289-311.

CAInter - Comissão de Área Interdisciplinar. Documento de Área Interdisciplinar Triênio 2007-2009. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-area-/3270>> Acesso em: 30 mar. 2009.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de nível de . Caderno de Indicadores [Propostas dos Programas – 2009]. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2010.

_____. A avaliação da Pós-Graduação. Disponível em: <www.capes.br/avaliacao>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CHAUÍ, Marilena de S. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: Cadernos de Debate. São Paulo, Brasiliense, n. 8, 1980, p. 31-56.

FÁVERO, Osmar. Políticas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Rio de Janeiro, 1993. (mimeo).

FRANCO, Maria Estela D. P.; LONGHI, Solange Maria; RUBIN, Marlize. O. Políticas Regulatórias, Universidade e espaço de resistência. In: III Encontro Internacional de Pesquisadores de Políticas Educativas. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 79-84.

FRANCO, Maria Estela D. P.; RUBIN, Marlize O. Produção de Conhecimento Científico: interdisciplinaridade e redes de pesquisa. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; LONGHI, Solange M.; RAMOS, Maris da Graça (orgs.) Universidade e Pesquisa: espaço de produção de conhecimento. Pelotas: Editora e Gráfica UFPel, 2009.

FRANCO, Maria Estela D. P. Balizamentos na identificação de tendências sobre a Pedagogia Universitária. Apresentado no Painel Tendências da Pedagogia Universitária, no II Simpósio Nacional de Educação Superior e Desenvolvimento Profissional. Porto Alegre: PPGEdU/ UFRGS/RIES/PRONEX, 29-30 junho de 2006, 8p. CD-ROM.

_____. Universidade Pública em Busca da Excelência: grupos de pesquisa como espaço de produção de conhecimento. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; LONGHI, Solange M.; RAMOS, Maria da Graça (orgs.) Universidade e Pesquisa: espaço de produção de conhecimento. Pelotas: Editora e Gráfica UFPel, 2009.

GEOCAPES – Dados Estatísticos. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>, Acesso em: 30 out. 2010.

IESALC – Instituto Internacional para a Superior na América Latina e Caribe. Portal Enlaces. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/> Acessado em maio de 2010.

LIEDKE FILHO, Enno D. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico- teóricas contemporâneas. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan.-jun. 2003, p. 216-245.

MOROSINI, M.; FRANCO, Maria Estela D.P. Brazilian Higher Education polices and new challenges un international cooperation. 22a Anual EAIR Forum, Berlin, Frei Universtidad, Germany, 6-9 September, 2000. 15p.

RAYNAUT, Claude. Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 21-32, jul.-dez. 2004.

RECOPI – Reunião Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar. Boletim 4a ReCoPI, 02 dez. 2010. Edição 04.

U of A - University of Arizona. Fact Book 2008-09. Disponível em: <http://factbook.arizona.edu/> Acessado em Janeiro, 2010.

Faculdade de Educação programa de pós-graduação em Educação. Seleção para o curso de mestrado em Educação
“ turma 2011. ANEXO 1 – Linhas de Pesquisa. Acolhe estudos e pesquisas interdisciplinares que potencializam a dimensão
pedagógica da experiência humana em suas interações com os aspectos biológicos, psicossociais, biográficos, culturais dos
sujeitos e das subjetividades na sociedade contemporânea. FORMAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO Investiga a
educação e os processos educacionais em diferentes espaços formativos, nas perspectivas sociopolíticas, históricas e culturais,
visando a uma análise crítica de políticas, práticas de formação e planejamento educacional em diferentes contextos.